

ANAIS do III Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social

"Mundo, Brasil e Regiões: geoeconomia e geopolítica nos últimos cem anos"

Foz do Iguaçu 25 a 27 de julho de 2017

AS CRISES DO CAPITALISMO, SEUS IMPACTOS NO BRASIL E AS SAÍDAS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE IGNÁCIO RANGEL.

Ivo Raulino¹

José Messias Bastos²

RESUMO

As crises apresentam características próprias de acordo com o modo de produção do qual emergem. Assim, constata-se que no sistema capitalista existem duas grandes possibilidades de crise: a primeira ligada aos ciclos de acumulação decenais teorizada por Juglar que ocorrem no processo de industrialização dos Estados Nacionais. Este tipo de crise foi equacionada por Keynes que demonstrou que a intervenção do Estado através de medidas institucionais poderiam sustentar, em níveis adequados ao capital, a produção e o consumo das sociedades nacionais. A segunda percebida por Engels no último quartel do século XIX que a economia capitalista atravessava longo período de baixas taxas de crescimento econômico. Esta crise foi reconhecida e teorizada por Kondratieff como crise geral do sistema capitalista e tem caráter planetário. Suas injunções estão relacionadas ao esgotamento do paradigma tecnológicos que com a impossibilidade de superlucros, os capitais tratam de realizar investimentos defensivos e as taxas de crescimento econômicos das principais nações do mundo caem e ficam próximas ao crescimento vegetativo da população economicamente ativa. A partir de meados dos anos 1970, tem início um período depressivo ou de crise, de caráter estrutural ou crise do paradigma tecnológico da segunda revolução industrial, provocada pelo esgotamento das inovações tecnológicas da referida revolução aplicadas aos setores de transportes (navios petroleiros, graneleiros e o avião a jato) e das telecomunicações. É neste contexto que a análise, sob a ótica Mandel e Chesnais, entendem que as medidas adotadas no final da década de 1970, na Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, bem como nos anos 1980, nos EUA, no governo de Ronald Reagan tinham o propósito de sanear e abrir uma nova escalada de retomada da lucratividade. Entre meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, várias foram as medidas adotadas por vários governos no que diz respeito ao desmonte do Estado de Bem Estar Social. A Inglaterra foi, sem dúvida, o país mais agressivo neste contexto, visando principalmente enfraquecer o poder dos sindicatos. Não foi por acaso que, a partir de meados dos anos 1980, o país foi o que mais atraiu investimentos japoneses em seu território. O Brasil inicia efetivamente seu processo de industrialização a partir dos anos 1930, no contexto de uma crise externa gravíssima, localizada na fase “b” do 3º Kondratieff (1920-1948). A crise da dívida externa do início década de 1980, o país não só passou a ter dificuldades de acesso ao crédito externo, como também passou a ser cobrado draconianamente os empréstimos até então contraídos. Tal conjuntura praticamente inviabilizou a continuidade de investimentos

produtivos na direção do modelo de desenvolvimento perseguido desde os anos 30 do século XX.

Palavras – Chave : Crises; capitalismo; economia brasileira; saídas da crise.

¹ Pesquisador Instituto Ignacio Rangel - IIR E-mail: raulino@usp.br

² Professor da UFSC e membro do IIR E-mail: jbastos57@gmail.com

1. Introdução.

A conjuntura atual, brasileira e mundial, revela duas clássicas formas da crise do capitalismo. Uma destas formas ocorre com os processos de desenvolvimento industrial nos capitalisms nacionais. São crises de superprodução ou de subconsumo teorizada pelo médico e economista francês Clément Juglar. Uma outra forma crise é a de base tecnológica que atinge todos os setores da vida mundial tanto do lado capitalista (periférico e central) como do lado socialista. Essa crise é gestada no centro do sistema capitalista mundial e foi teorizada pelo economista e revolucionário russo Nikolai Kondratieff. O Brasil atual sofre tanto as consequências da agudização da crise mundial como também sua economia vive uma crise de acumulação interna evidenciada pelo esgotamento do processo de substituição de importações. Como se não bastasse o Brasil em sua conjuntura atual além das crises econômicas interna e externa vive também uma crise política, que não só foi superada ainda pelo acovardamento dos empresários industriais no tocante a tomar as rédeas políticas do Estado e partir agressivamente em maciços investimentos nas infraestruturas dos grandes serviços de utilidade pública. Cabe assinalar que a retomada do crescimento econômico interessa tanto ao empresariado como aos trabalhadores e é o caminho menos doloroso para Estado sanear as desastrosas contas públicas.

2. O Capitalismo e suas Crises

De forma genérica, é possível afirmar que todas as formas de sociedades humanas conheceram períodos de crise de maiores ou menores proporções e intensidades no curso de suas histórias. No entanto, as crises apresentam características próprias de acordo com o modo de produção do qual emergem.

As crises que atingiram as sociedades pré-capitalistas eram mais localizadas e via de regra eram provocadas pelas cíclicas adversidades climáticas e, portanto, estavam relacionadas mais ao setor agrícola, difundindo-se daí para outros setores da estrutura sócio econômica.

Já entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, os países europeus viram surgir um outro tipo de crise, as denominadas “crises mistas”, que se distinguiam das primeiras por não estarem totalmente determinadas pela conjuntura agrícola, sofrendo também interferência da indústria têxtil, precursora da Revolução Industrial Inglesa do século XVIII.

Marx, ao analisar a Revolução de 1848 na França, associou a deflagração do movimento à crise do comércio mundial em 1847 e à crise econômica que assolou aquele país nos anos imediatamente anteriores ao conflito, provocada pela recessão e agravada pela quebra nas colheitas de 1845 e 1846.

Coube a Marx o mérito de, a partir da segunda metade do século XIX, a verdadeira inovação conceitual e metodológica na análise das crises notadamente do modo de produção capitalista.

No capitalismo, o mercado é levado às últimas consequências, pois praticamente todos os bens e serviços são produzidos não para serem consumidos diretamente por aqueles que os produzem, mas para serem trocados no mercado e transformados em dinheiro.

O valor das mercadorias inclui o valor das máquinas e matérias primas, o valor da força de trabalho e a mais-valia, que corresponde à parte da força de trabalho que não é paga ao trabalhador, sendo apropriada pelo capitalista.

Na esfera da circulação, a forma principal nas sociedades modernas é D-M-D’, sendo D’ maior que D, o que caracteriza efetivamente a acumulação de capital.

O capitalista utiliza seu dinheiro para comprar força de trabalho e meios de produção. Concluído o processo de produção, ele surge no mercado com novas mercadorias, que são transformadas em dinheiro. Este processo é contínuo, na medida em que nas sociedades capitalistas, o objetivo fundamental do capitalista é acumular ou seja ampliar continuamente o seu capital.

No entanto, esse processo não pode ser considerado *ad infinitum*, devido às próprias contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Ou seja, o sistema capitalista está sujeito a crise de superprodução ou de esgotamento das grandes inovações tecnológicas que implicam em desestímulos aos investimentos.

Diferentemente do que ocorria nas sociedades pré-capitalistas onde as crises surgiam basicamente por haver insuficiência de produção, nos capitalismo nacionais em seu processo de desenvolvimento industrial as crises tornam-se teoricamente possíveis desde que as mercadorias produzidas na esfera da produção não consigam ser vendidas pelo seu valor, ou seja, desde que os valores de troca produzidos não possam ser realizados na circulação, tendo em vista a insuficiência de demanda. A esse tipo de crise convencionou-se chamar de crise de superprodução ou de subconsumo que Marx identificou neste ponto uma das contradições do sistema capitalista entre o caráter social da produção e o caráter privado dos meios de produção e das decisões econômicas. O resultado desta contradição é desproporção entre a produção e a demanda efetiva. Esta foi a grande preocupação de Keynes, em sua obra a “Teoria Geral: Do emprego, do juro e do dinheiro” para explicar a Grande Depressão de 1929-1930. Advogando que os estados nacionais promovesse intervenção na economia sustentando salários e assim o consumo e a produção permaneceria em níveis convenientes ao capital e, portanto, a sociedade capitalista como um todo.

Uma segunda possibilidade de crises no capitalismo decorre da lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Essa tendência à queda da taxa de lucro liga-se à tendência à elevação da composição orgânica do capital. A proporção do capital constante tende a crescer em relação ao capital variável.

A queda tendencial da taxa de lucro associa-se, também, à tendência à queda na taxa de mais-valia, devido ao aumento do salário e à impossibilidade de aumentar a duração da jornada e da intensidade do trabalho além de um certo limite, ou seja, da impossibilidade de se aumentar o grau de exploração da força de trabalho.

A vinculação orgânica da queda tendencial da taxa de lucro do capital e por consequência sua crise encontra suporte de maneira mais clara e desenvolvida no próprio capital, e deriva da lei geral da acumulação de capital. Esta crise está diretamente relacionada ao esgotamento das inovações tecnológicas uma vez que as novas inversões estão subtraídas da possibilidade de superlucros.

Assim, constata-se que no sistema capitalista existem duas grandes possibilidades de crises: a primeira ligada aos ciclos de acumulação decenais teorizada por Juglar que ocorrem no processo de industrialização dos Estados Nacionais. Este tipo de crise foi equacionada por Keynes que demonstrou que a intervenção do Estado através de

medidas institucionais poderiam sustentar, em níveis adequados ao capital, a produção e o consumo das sociedades nacionais. A segunda percebida por Engels no último quartel do século XIX que a economia capitalista atravessava longo período de baixas taxas de crescimento econômico. Esta crise foi reconhecida e teorizada por Kondratieff como crise geral do sistema capitalista e tem caráter planetário. Suas injunções estão relacionadas ao esgotamento do paradigma tecnológicos que com a impossibilidade de superlucros, os capitais tratam de realizar investimentos defensivos e as taxas de crescimento econômicos das principais nações do mundo caem e ficam próximas ao crescimento vegetativo da população economicamente ativa. A crise mundial atual se prolonga por mais 40 anos e procura segurar o adiamento da “destruição criadora”, na expressão consagrada por Schumpeter. Diferentemente das crises tecnológicas anteriores, os Bancos Centrais do mundo articulados eletronicamente e politicamente tratam de impedir que uma crise nacional tenha uma reação em cadeia e atinja todo o sistema econômico mundial. Assim faz vista grossa ao volume de papéis e moedas que circulam diariamente em transações financeiras no mundo. O crescimento exponencial das transações financeiras frente ao débil crescimento do PIB mundial acabou por direcionar os investimentos para a economia virtual em detrimento do investimento para acelerar o uso das inovações tecnológicas ligadas a Terceira Revolução Industrial, ou seja, em automação e a informática.

3. A Crise atual do Capitalismo

Após um longo período de crescimento, que vai de 1948 a 1973, conhecido como os “vinte e cinco anos gloriosos”, correspondente a fase expansiva do quarto ciclo de Kondratieff, no qual o capitalismo nos EUA e na Europa Ocidental, apresentaram taxas expressivas de crescimento, passou-se a observar, a partir de meados dos anos 1970, o início de um período depressivo ou de crise. Não se tratava de mais uma crise conjuntural, mas sim de caráter estrutural ou crise do paradigma tecnológico da segunda revolução industrial. Portanto, mais séria e profunda. Ou seja, a referida depressão foi provocada pelo esgotamento das inovações tecnológicas da referida revolução aplicadas aos setores de transportes (navios petroleiros, graneleiros e o avião a jato) e das telecomunicações.

A crise foi identificada vulgarmente com o “choque do petróleo” de 1973, quando na verdade seus elementos já estavam presentes no final da década de 1960 que os

economistas, em geral antipáticos as hipóteses dos ciclos econômicos de Kondratieff, apontam para as mais óbvias consequências de uma depressão. Tais como, fatores singularmente abstratos como aumento dos custos de produção, a saturação dos mercados consumidores e a acentuação da concorrência intercapitalista. Tais abstrações conduzem a uma tendência para a queda da rentabilidade com o esgotamento dos esquemas de acumulação dos anos denominados gloriosos o pós segunda guerra mundial da então social democracia de bem estar social.

De acordo com Mandel (1990) que interpreta a teoria de Kondratieff como ondas longas provocadas por injunções políticas afirma que a recessão de 1974/75 é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros e que a referida queda é claramente anterior ao encarecimento do petróleo.

A tese de Mandel (1990) cai em contradição, pois os países centrais que viveram no pós-guerra o estado de bem estar social e com a reconhecida inclusão não só de milhões de trabalhadores no mercado de consumo, como também as políticas keynesianas proporcionaram aumentos salariais significativos. Sua explicação para a inversão da onda longa expansiva que vai dos anos 40 ao fim dos anos 60 é igualmente clássica: A expansão acelerada de longa duração do pós guerra resultava da superexploração da classe operária, que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Esse fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível e pôr em marcha, em grande escala, a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear, etc.), aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os super lucros dos monopólios tecnologicamente de ponta, via rendas tecnológicas.

Assim, Mandel (1990) revela com clareza sua interpretação que consideramos equivocada:

...a terceira revolução tecnológica e a própria expansão, uma vez que implicam uma concentração acentuada do capital, levam a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital. O longo período de pleno emprego reforçou consideravelmente o peso objetivo da classe operária, a força de suas organizações de massa (sobretudo dos sindicatos) e, em relação a um ciclo autônomo de luta de classes em escala internacional, sem combatividade. Daí as dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valia a partir dos anos Daí a erosão da taxa média de lucros, que, em correlação com a difusão cada vez mais universal das características da terceira revolução tecnológica (e, logo, com a erosão das

“rendas tecnológicas”), termina por determinar a inversão da “onda longa”. (p. 27)

Mandel não explica a ascensão japonesa que passou a drenar rendas tecnológicas com o avanço extraordinário do toyotismo para as empresas ocidentais, bem como sua supremacia na área da microeletrônica que sustentou elevados superávits comerciais a partir dos anos 80.

Para Chesnais (1996), que fechando os olhos para a caríssima hipótese de Kondratieff atribui de forma muito genérica as injunções políticas ao afirmar que o espetacular crescimento da produção e da produtividade do trabalho durante os vinte e cinco anos posteriores à Segunda Guerra Mundial encontram um gargalo na segunda metade dos anos 60, quando também se verificou uma tendência ao estancamento econômico do “bloco socialista”, cada vez mais integrado ao mercado mundial (seu ritmo de crescimento passou de 10,5% em 1950-55 para 3,5% na primeira metade da década de 80): a explosão conjunta do maio francês e da primavera de Praga traduzem politicamente essa “crise conjunta do capitalismo e da burocracia”. Os índices da crise (queda da produtividade e da taxa de lucro, “corrida do ouro” em 1970 e crise monetária em 1971) deram lugar à crise declarada a partir de 1973. A queda da taxa de lucro indicava que a massa de capital existente era excessiva em relação ao rendimento (mais-valia) que podia ser extraída da exploração dos trabalhadores.

Assim advoga que o capital só podia superar esta situação com uma crise, que deveria ter proporções gigantescas. O papel da crise seria de um lado eliminar uma grande parte do capital excedente e superar, por essa via, a competição entre os capitalistas. Por outro lado, a função da crise seria reestruturar as condições sociais e políticas do processo de exploração dos trabalhadores, para recuperar, numa nova escalada histórica, o nível da taxa de exploração.

E neste contexto que a análise, sob a ótica Mandel e Chesnais, entendem que as medidas adotadas no final da década de 1970, na Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, bem como nos anos 1980, nos EUA, no governo de Ronald Reagan tinham o propósito de sanear e abrir uma nova escalada de retomada da lucratividade.

A intervenção do Estado na política salarial, generalizada nos países capitalistas europeus no segundo pós guerra, exigiu um grau inédito de integração dos sindicatos ao Estado e reforçou a “aristocracia operária” nos países imperialistas.

A saída da crise implicava na adoção de medidas concretas em duas frentes: de um lado, coube ao empresariado do setor privado tomar as medidas necessárias visando a

recuperação das condições adequadas de acumulação de capital, apresentando no desemprego o sinal mais claro dessas medidas. Por outro lado, havia outras medidas necessárias, cuja iniciativa estava no âmbito do Estado (governos). Tratava-se do desmonte do Estado de Bem Estar Social. Diante do retorno da inflação na Europa e nos EUA, observa-se o retorno do pensamento econômico liberal, agora sob a forma de neoliberalismo, o que Anderson (1998) vê como a vitória do grupo político preparado por Friedrich von Hayek em Mont – Pélerin, na Suíça, desde finais dos anos 1940. Vale lembrar que Milton Friedman, outro expoente do pensamento econômico liberal, foi o principal assessor econômico do governo Thatcher.

Nos EUA, durante o governo Reagan, Friedman, juntamente com Robert Lucas, foram assessores econômicos do governo americano, promovendo amplas reformas no Estado de Bem Estar Social. Adotou-se por lá aquilo que Villarreal (1984) chamou de Contra Revolução Monetarista, que resultou em cortes significativos nos gastos sociais do Estado, não obstante os gastos com defesa só aumentaram desde então como as políticas keynesianas do guerra nas estrelas e o financiamento público das reestruturações industriais. Mas, por outro lado o embate entre capital e trabalho foi duro para os trabalhadores tanto nos EUA quanto na Europa.

Entre meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, várias foram as medidas adotadas por vários governos no que diz respeito ao desmonte do Estado de Bem Estar Social. A Inglaterra foi, sem dúvida, o país mais agressivo neste contexto, visando principalmente enfraquecer o poder dos sindicatos. Não foi por acaso que, a partir de meados dos anos 1980, o país foi o que mais atraiu investimentos japoneses em seu território.

Tudo caminhava para um desfecho favorável ao capital, quando, no início dos anos 1980, as empresas automobilísticas americanas passam a enfrentar sérias dificuldades. Vale lembrar que a Chrysler, em 1983, decretou moratória, quase indo à falência. A empresa só conseguiu se reerguer graças a ajuda do Governo Americano. A Ford, na mesma época, também passou por sérias dificuldades financeiras, em pleno funcionamento do governo Reagan. Vale acrescentar que a General Electric comandada por Jack Welch, considerado o empresário do século, foi reestruturada e dispensou dezenas de milhares de trabalhadores.

Foi essa experiência amarga da indústria automobilística americana que fez o ocidente, vale dizer, EUA e Europa, tomar conhecimento da existência de um novo concorrente em escala mundial. Tratava-se da ascensão da economia japonesa.

Muito mais competitivas do que as empresas no ocidente, graças às novas técnicas de gestão e organização da produção como o Kanban, Just in time, gastos mais intensos em pesquisa e desenvolvimento, as empresas japonesas passaram a invadir o mercado americano de automóveis, num primeiro momento e mais tarde também em outros mercados, principalmente o de eletrônicos, a partir dos anos 1990, como bem frisou Chandler (2002).

Diante da superioridade das empresas japonesas, não restou outra alternativa ao ocidente a não ser partir para medidas visando recuperar o atraso tecnológico e organizacional em relação ao Japão. Neste sentido, as empresas americanas e europeias passaram a incorporar, na medida do possível, as técnicas japonesas de gestão e organização da produção. Em alguns casos não sem fracassos e percalços, como foi a experiência da General Motors nos EUA, com o seu fracassado projeto Saturno, que era na prática uma tentativa de reproduzir no ocidente algo como a Toyota havia realizado no Japão, ou seja, uma rede de fornecedores integrados no processo just-in-time. Data dessa época o surgimento de vários estudos apontando a flexibilidade ou melhor o toyotismo do modelo japonês como sendo o grande diferencial pelas enormes vantagens competitivas frente à indústria no ocidente.

No âmbito dos governos, especialmente no caso dos EUA, ainda no governo Reagan, adotou-se medidas protecionistas, restringindo as importações de carros japoneses. Além disso, o governo Reagan praticamente obrigou o governo Japonês a valorizar sua moeda (yên) frente ao dólar americano, visando reduzir as exportações japonesas em direção aos EUA e assim estancar a agressividade da economia japonesa na balança comercial com o mundo europeu e sobretudo estadunidense.

Diante desse cenário, a resposta das companhias japonesas foi no sentido de deslocar a produção para o ocidente, fazendo investimentos nos EUA e na Europa. Na Inglaterra face às modificações realizadas pelo governo Thatcher, principalmente no mercado de trabalho, tornaram o país atrativo aos investimentos japoneses, que no contexto da União Européia, da qual a Inglaterra fazia parte permitiu que as companhias japonesas pudessem acessar o mercado dos demais países membros.

O processo de assimilação das enormes vantagens competitivas por parte das empresas do ocidente encontrou dificuldades e resistências à sua implantação no ocidente. Havia a necessidade, em muitos casos, de uma mudança de cultura tanto por parte do setor empresarial quanto por parte das organizações sindicais.

Mal o ocidente havia assimilado o desafio imposto pelos japoneses, no começo dos anos 1990, teve que deparar-se com um outro problema, também com origem na Ásia: a ascensão da economia chinesa.

A China, a partir das reformas de Deng Xiaoping, em 1978, acelerou seu processo de industrialização, com a criação das Zonas de Processamento para Exportações (ZPEs), principalmente na província de Xangai. A partir de medidas de incentivos, sendo a principal delas a possibilidade de remessa de parte dos seus lucros de volta aos seus países de origem, a China conseguiu atrair enormes investimentos externos, a partir dos anos 1980. Eram capitais ociosos no ocidente, por conta da crise dos anos 1970, principalmente em setores tradicionais, como os têxteis, calçados, confecções e brinquedos, que foram produzidos na China, na forma de joint ventures, entre o capital externo e o governo Chinês. Os enormes saldos comerciais positivos gerados a partir de então, permitiu à China alavancar ainda mais o seu processo de industrialização, constituindo-se, no momento, a segunda economia do Mundo, tomando-se o PIB como indicador desta medida.

As enormes vantagens competitivas da China, principalmente em termo de custos de produção, fez com que no Ocidente, a partir dos anos 1990, várias empresas intensificam seus investimentos em território Chinês, num esforço de recuperação da lucratividade e da rentabilidade. Essa enorme vantagem competitiva Chinesa não podia ser reproduzida no Ocidente, o que fez com que se aumentassem as pressões sobre a China, a ponto de fazer com que, em 2001, a China entrasse formalmente na OMC, para poder obter o status de economia de mercado, embora deva se dizer que a China negociou de forma soberana a sua entrada na OMC. Também tem sido enorme as pressões políticas para que a China valorize sua moeda frente ao dólar americano, no sentido de conter as exportações chinesas, algo muito semelhante ao que o governo Reagan fez com o Japão no começo dos anos 1980, embora deva se frisar que a China não é o Japão.

Para concluir, vale lembrar que, data também do começo dos anos 1990, o fenômeno da Globalização, não obstante o enorme debate acerca do fenômeno, entre os que a vêem como um fenômeno antigo, como (Singer, 2000), Petras (1999) e Amin (2001), ou os apologistas da globalização, como os pensadores liberais, agora travestidos de neoliberais, que estruturam seu pensamento a partir de alguns fundamentos básicos, como o mercado como instrumento regulador da vida social e econômica, a iniciativa privada como como

operadora do sistema, e o Estado mínimo desregulado como instrumento de garantia da propriedade e dos contratos, e aqueles que consideram a globalização como um mito, (Hirst ; Thompson, 1998 ; Batista Jr. 1998). Há ainda os que consideram a globalização como um processo de aprofundamento da internacionalização das empresas, iniciado por volta dos anos 1950 (Chesnais, 1996). No entanto, como bem frisou Batista Jr.(1998), internacionalização não é sinônimo de globalização, na medida em que os mercados nacionais ainda são os grandes responsáveis pelo consumo, pelo investimento, e, portanto, pelos lucros das economias nacionais.

No entanto, o dado novo processo é a globalização financeira, possível a partir de uma forte desregulamentação financeira, ocorrida nos EUA, a partir do Governo Clinton, nos anos 1990. Segundo Gutmann (1998), a política de desregulamentação da economia, a liberalização dos mercados e o fim das restrições à mobilidade de capitais, proporcionou ao pólo financeiro uma dinâmica impressionante, permitindo a novos agentes como fundos de pensão, fundos mútuos, cias de seguros e corretoras em geral, entrarem agressivamente no mercado, conquistando parcelas expressivas do mercado tradicional dos bancos, irradiando a partir dos EUA, a nova política monetarista liberal, passando a hegemonizar a política econômica dos países capitalistas.

Tabela Nº 01 : Participação % no mercado das instituições financeiras nos EUA – 1948-1993.

Mercado	1948	1960	1970	1980	1993
Bancos	55,9	38,2	37,9	34,8	25,4
Fundos Mútuos	1,3	2,98	3,5	3,6	14,9
Fundos de Pensão	3,1	9,7	13,0	17,4	24,4
Corretoras de valores	1,0	1,1	1,2	1,1	3,3

Fonte : Gutmann (1998)

A desregulamentação advinda com a crise é muito menos a expressão de uma ofensiva ideológica liberal, e muito mais a consequência da explosão do quadro institucional em que o capitalismo se desenvolveu no período de auge. Todo o sistema de regulamentação econômica do pós-guerra estava baseado na hegemonia político-militar do imperialismo americano, que também era o carro-chefe do desenvolvimento

econômico. O papel político mundial dos EUA está cada vez mais em contradição com o seu declínio econômico, que concentra todos os traços do processo de decomposição capitalista.

4. O Brasil no contexto das crises do capitalismo

O Brasil inicia efetivamente seu processo de industrialização a partir dos anos 1930, no contexto de uma crise externa gravíssima, localizada na fase “b” do 3º Kondratieff (1920-1948).

Considerando-se o fato de que geralmente os períodos depressivos são caracterizados por retração no comércio mundial, bem como pela adoção de medidas protecionistas pelas principais economias do centro do sistema capitalista, é nesse contexto que devemos observar o início de nosso processo de industrialização, caracterizado por um processo denominado de substituição de importações de bens industriais.

A revolução de 1930 teve relação direta com o período depressivo do 3º Kondratieff e com o fim da hegemonia industrial britânica e da economia agro exportadora, inaugurando o período de expansão da economia nacional com dinamismo próprio, que interessava tanto às oligarquias rurais regionais voltadas ao mercado interno, sobretudo do Sertão Nordestino, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, como os industriais do Sul e São Paulo que pactuadas puderam acelerar o processo de substituição de importações.

Neste sentido, de acordo com Mamigonian (2000), a industrialização brasileira nasceu sob o signo das relações mundiais de nossa economia, ao influxo dos ciclos emanados do centro do sistema capitalista, tendo adquirido um impulso extraordinário desde a revolução de 1930, em conjuntura de forte contração do comércio internacional, continuando seu avanço rápido no pós-guerra, mesmo com a recuperação do sistema mundial capitalista.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder ocorre uma mudança política significativa, o que Ignácio Rangel vai denominar de um novo pacto de poder ou a terceira dualidade, agora entrando em cena um grupo político nacionalista apostando na nossa capacidade de industrializar-se. Para viabilizar tal intento o Estado passou a conduzir uma política econômica favorável aos interesses dessa nascente burguesia industrial. Mais do que isto, o Estado passou a assumir tarefas empresariais na construção dos setores industriais necessários à intensificação da industrialização, como siderurgia, petróleo, a energia, as rodovias, etc.

Construiu-se um modelo de desenvolvimento que permitiu ao país a superação da condição de exportador de produtos primários, passando a exportar bens de consumo manufaturados. Se considerarmos o período de 1930-1980, constata-se que a economia brasileira em termos industriais foi a que mais cresceu no mundo.

Esse modelo de desenvolvimento permitiu que o país atingisse, no período 1968 – 1973, taxas médias de crescimento do PIB em torno de 11% ao ano. O produto industrial, nesse mesmo período, chegou a atingir a taxa média de crescimento da ordem de 13% ao ano.

Tabela Nº 02: Brasil -Taxas de crescimento no Milagre Econômico

Produto – Taxas de Crescimento (%): 1968 – 1973				
Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1968	9,8	14,2	1,4	9,9
1969	9,5	11,2	6,0	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14,0	4,0	12,1
1973	14,0	16,6	0,0	13,4

Fonte: IBGE

Mesmo quando, a partir de começo dos anos 1970, na Europa e EUA já se observava sinais de esgotamento do chamado modelo fordista de desenvolvimento, no Brasil, no período 1974 – 1979, no Governo Geisel, período do II PND, ainda conseguimos taxas expressivas de crescimento do Produto Interno Bruto, num esforço que Barros de Castro (1985) chamou de a economia brasileira em marcha forçada, na medida em que à época se colocava o seguinte dilema : promover um ajuste na economia, face principalmente a volta da inflação, ou aproveitar as condições para continuar substituindo importações, principalmente em setores como papel e celulose, química e petroquímica e a mecânica e construção civil pesadas. A segunda opção acabou se mostrando a mais adequada, na medida em que no período do II PND o país cresceu a uma taxa média de 6,5% ao ano.

Tabela Nº 03: Brasil - Taxas de Crescimento no período do II PND.

Produto – Taxas de Crescimento (%): 1974 – 1979				
Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1974	9,0	7,8	1,0	9,7
1975	5,2	3,8	7,2	2,9
1976	9,8	12,1	2,4	8,9
1977	4,6	2,3	12,1	2,6
1978	4,8	6,1	-3,0	4,3
1979	7,2	6,9	4,9	6,7

Fonte : IBGE

No entanto, a partir dos anos 1980, passamos a sofrer os impactos da grande crise que havia chegado aos países centrais no início dos anos 1970.

A crise da dívida externa do início década de 1980, o país não só passou a ter dificuldades de acesso ao crédito externo, como também passou a ser cobrado draconianamente os empréstimos até então contraídos. Tal conjuntura praticamente inviabilizou a continuidade de investimentos produtivos na direção do modelo de desenvolvimento perseguido desde os anos 30 do século XX. A opção nacional pelo II PND, financiado principalmente pelo aumento do endividamento externo, num contexto de excesso de liquidez nos mercados externo de petrodólares, trouxe como consequência, no Governo Sarney, a necessidade do Governo centralizar toda a gestão da dívida externa, inclusive com a encampação, por parte do Governo, de toda a dívida externa do setor privado, como forma de melhor gerenciar toda a dívida externa, num cenário de retrações das nossas exportações, face ao agravamento da crise nas economias centrais, com impactos sobre o saldo de nossa balança comercial, e também sobre nossa balança de transações com o exterior. Foi no Governo Sarney o período no qual mais recorreremos ao FMI, para equilibrar nossas contas externas, com todas as suas consequências nefastas possíveis, ma vez que a receita a ser seguida baseava-se no tripé anti-desenvolvimentista de combate à inflação, recessão e arrocho salarial.

Chegávamos desta forma à fase depressiva do 4º Kondratieff que já estava plenamente instalada nos países centrais do sistema capitalista. Período no qual, principalmente a partir do Governo Collor, acovardados pela ação imperialista promoveu-se uma maior abertura comercial, por conta das enormes pressões externas, via redução de tarifas externas sobre importações e a adoção, ainda que por um breve período, da taxa de câmbio flutuante. Além disso, experimentamos também os efeitos de uma política de privatizações, ainda que brevemente, política esta que seria retomada mais adiante, no Governo FHC, com muito mais vigor e intensidade, assim como a valorização da moeda brasileira frente ao dólar e a drástica redução nas tarifas sobre importações, adotadas como pretexto de combate à inflação, com reflexos significativos sobre o saldo de nossa balança comercial, principalmente no período 1994 – 1998, levando o país também a um forte desequilíbrio em suas transações correntes, fazendo com que mais uma vez buscássemos socorro junto ao FMI, submetendo o país mais uma vez aos ditames desse famigerado organismo multilateral de atuação dos países imperialistas, notadamente dos EUA. Foi o período da chamada modernização conservadora, iniciada no Governo Collor e aprofundada no governo FHC.

Ao contrário do que dizem alguns economistas, a nossa década perdida, em termos de crescimento e desenvolvimento, não foi a de 1980, mas a de 1990, na medida em que, nos anos 1980, crescíamos a uma taxa média de 3,75% ao ano e acumulamos generosos superávits comerciais com o avanço generalizado das exportações de artigos industriais. Ao passo que nos anos 1990, crescíamos a uma taxa média de 2,1% ao ano praticamente um crescimento vegetativo da população em idade para trabalhar ou seja com mais de 18 anos e acumulamos vergonhosos déficits no saldo das exportações e importações.

5. Ignácio Rangel e as alternativas nacionais à crise do capitalismo.

O vigoroso crescimento da economia, entre os anos de 1930 e 1980, promoveu significativas mudanças na estrutura socioeconômica brasileira, mas criou também problemas muito complexos para serem equacionados. O principal deles foi o brutal endividamento público que foi, sobretudo, resultante do extraordinário esforço de construir um moderno Departamento I na economia brasileira (mecânica, petroquímica e construção civil pesadas). Assim, o Estado endividado e poder concedente e concessionário dos grandes serviços de utilidade pública ficou imobilizado com a perda

da capacidade de realizar encomendas no recém instalado e ocioso Departamento I da economia e, assim, sanear as estranguladas infraestruturas sociais. Em outras palavras a crise econômica e política dos anos 80 criou uma conjuntura de “beco sem saída” e o resultado foi um salve-se quem puder: A covardia dos empresários industriais de se transformarem de classe em si para classe para si redundou na destruição da indústria mecânica pesada, no desmantelamento do setor petroquímico que foi vendido para setor privado a preço muito abaixo do seu verdadeiro valor, já construção civil pesada foi praticamente forçada se prostituir para sobreviver – criou então a indústria da propina para ter minguadas encomendas. É importante lembrar que nos anos 90 a CR Almeida que construiu a ponte Rio-Niterói numa ação empresarial defensiva passou a construir prédios de apartamento para sobreviver. Essa foi a verdadeira origem do caminho aberto para o sistema de propina. Então não iremos para frente economicamente se a hipocrisia e o moralismo reproduzido e aceito pelas mentes mais críticas do país continuarem a criminalizar ações e práticas dos financiamentos de políticos. Relativizar nossas críticas com base nos fatos da realidade concreta é a tarefa a ser construída! Sem medo de ser apontado como politicamente incorreto! O Brasil passou por décadas e o seu problema econômico mais grave não foi equacionado, uma vez que as infraestruturas continuam até hoje muito atrasadas. Não se pode esquecer que por traz dessa paralisia econômica encontram-se a força dos impérios estadunidense e europeu, as forças políticas internas reacionárias como as ligadas ao setor agroexportador, a covardia política dos dinâmicos empresários industriais e despreparo teórico das esquerdas em geral, sobretudo a intelectualidade universitária.

E, assim, o Brasil continua morando numa interminável crise econômica e política por quase 40 anos. Desde da crise da dívida brasileira dos anos 80 a solução da crise tem o mesmo remédio como aquele apontado por Rangel nas suas publicações na referida conjuntura. Ou seja superação da crise brasileira passa, mais do que urgente e necessário, por maciços investimentos nas infraestruturas sociais dos grande serviços de utilidade pública que interessam de perto ao setor privado nacional carente de encomendas e cujas empresas resistiram a hecatombe econômica acima referida. O setor privado nacional com gigantesca poupança potencial pode reunir forças para ser protagonista de um novo ciclo virtuoso da economia brasileira, um novo milagre no linguajar consagrado pelos economistas. Este processo já foi iniciado timidamente na primeira década dos anos 2000 com as obras do PAC, as políticas de inclusão social e com as políticas de conteúdo

nacional que praticamente ressuscitou a indústria naval brasileira que chegou a empregar diretamente cerca de 60 mil trabalhadores, em 2000 eram apenas 1.900 trabalhadores navais. Esta trajetória está sendo severamente interrompida pela operação Lava Jato da Polícia Federal e pelas políticas de desmonte promovida pelo governo Temer. Portanto, essa conjuntura depressiva precisa ser superada para estancar a sangria que vem promovendo na economia e na sociedade brasileira. Assim, além de acelerar as privatizações dos grandes serviços de utilidade pública se faz necessário criar mecanismos institucionais para transformar a poupança potencial em poupança real, ou seja, o Banco Central realizar novas emissões com base em um novo lastro, a hipoteca do capital fixo das empresas do setor privado. Logo a privatização sob a forma de serviços públicos concedidos a iniciativa privada se impõe como condição necessária e suficiente tanto para retomada do crescimento econômico e o saneamento das contas públicas, como também para a geração de milhões de novos postos de trabalho. É importante ressaltar que o Estado é único que pode receber em hipoteca os ativos das empresas privadas para a construção das infraestruturas sociais. Mais uma vez Rangel como profeta desarmado equacionou a solução para a retomada do crescimento econômico brasileiro observado sem os preconceitos da esquerda e da direita que privatização e estatização são faces de uma mesma moeda na trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro!

6. Considerações Finais

De acordo com Mandel (1990) que interpreta a teoria de Kondratieff como ondas longas provocada por injunções políticas afirma que a recessão de 1974/75 é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros e que a referida queda é claramente anterior ao encarecimento do petróleo.

Para Chesnais (1996), que fechando os olhos para a caríssima hipótese de Kondratieff atribui de forma muito genérica as injunções políticas ao afirmar que o espetacular crescimento da produção e da produtividade do trabalho durante os vinte e cinco anos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

E neste contexto que a análise, sob a ótica Mandel e Chesnais, entendem que as medidas adotadas no final da década de 1970, na Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, bem como nos anos 1980, nos EUA, no governo de Ronald Reagan tinham o propósito de sanear e abrir uma nova escalada de retomada da lucratividade.

Entre meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, várias foram as medidas adotadas por vários governos no que diz respeito ao desmonte do Estado de Bem Estar Social. A Inglaterra foi, sem dúvida, o país mais agressivo neste contexto, visando principalmente enfraquecer o poder dos sindicatos. Não foi por acaso que, a partir de meados dos anos 1980, o país foi o que mais atraiu investimentos japoneses em seu território.

Considerando-se o fato de que geralmente os períodos depressivos são caracterizados por retração no comércio mundial, bem como pela adoção de medidas protecionistas pelas principais economias do centro do sistema capitalista, é nesse contexto que devemos observar o início de nosso processo de industrialização, caracterizado por um processo denominado de substituição de importações de bens industriais.

Neste sentido, de acordo com Mamigonian (2000), a industrialização brasileira nasceu sob o signo das relações mundiais de nossa economia, ao influxo dos ciclos emanados do centro do sistema capitalista, tendo adquirido um impulso extraordinário desde a revolução de 1930, em conjuntura de forte contração do comércio internacional, continuando seu avanço rápido no pós-guerra, mesmo com a recuperação do sistema mundial capitalista.

No entanto, a partir dos anos 1980, passamos a sofrer os impactos da grande crise que havia chegado aos países centrais no início dos anos 1970.

A crise da dívida externa do início década de 1980, o país não só passou a ter dificuldades de acesso ao crédito externo, como também passou a ser cobrado draconianamente os empréstimos até então contraídos.

Portanto, essa conjuntura depressiva precisa ser superada para estancar a sangria que vem promovendo na economia e na sociedade brasileira. Assim, além de acelerar as privatização dos grandes serviços de utilidade pública se faz necessário criar mecanismos institucionais para transformar a poupança potencial em poupança real, ou seja, o Banco Central realizar novas emissões com base em um novo lastro, a hipoteca do capital fixo das empresas do setor privado. Logo a privatização sob a forma de serviços públicos concedidos a iniciativa privada se impõe como condição necessária e suficiente tanto para retomada do crescimento econômico e o saneamento das contas públicas, como também para a geração de milhões de novos postos de trabalho. É importante ressaltar que o Estado é único que pode receber em hipoteca os ativos das empresas privadas para a construção das infraestruturas sociais. Mais uma vez Rangel como profeta desarmado equacionou a solução para a retomada do crescimento econômico brasileiro observado sem os preconceitos da esquerda e da

direita que privatização e estatização são faces de uma mesma moeda na trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro!

7. Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. **Globalización o apartheid global ?** Disponível em : <http://www.rci.net.globalizacion>. Acesso em junho de 2001.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir (org.). Pós neoliberalismo- As políticas Sociais e o Estado democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

BARROS DE CASTRO, Antônio; SOUZA, Francisco E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

BATISTA JR. , Paulo Nogueira. **Mitos da Globalização**. São Paulo : Pedex, 1998.

CHANDLER, Jr. Alfred. **O século eletrônico: a história da evolução da indústria eletrônica e de informática**. Rio de Janeiro; Campus, 2002.

CHESNAIS, François. Contribution au débat sur le cours du capitalisme `ala fin du XX siècle. In: Actuel Marx. **Actualiser l'Économie de Marx**. Paris: Presses Universitaire de France, 1996.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo : Xamã, 1996

GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. In : **A mundialização financeira : gênese, custos e riscos**. Coord. François Chesnais. São Paulo : Xamã, 1998.

HIRST, Paul ; THOMPSON, Grahame. **A Globalização em questão**. Petrópolis : Vozes, 1998.

MAMIGONIAN, Armen. **Teorias sobre a industrialização brasileira**. Cadernos Geográficos/UFSC. Florianópolis, Imprensa Universitária, n.2, maio/2000.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PETRAS, James. **A armadilha neoliberal e as alternativas para a América Latina**. São Paulo : Xamã, 1999.

RANGEL, Ignacio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VILLARREAL, Renê. **A contra revolução monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.